

INSTITUTO NORMAL SUPERIOR: O IDEÁRIO REPUBLICANO APLICADO À INSTRUÇÃO PÚBLICA NO AMAZONAS (1890-1893)

SUPERIOR NORMAL INSTITUTE: THE REPUBLICAN IDEAS APPLIED TO PUBLIC EDUCATION IN THE AMAZON (1890-1893)

Márcia de Nazaré Tavares¹

RESUMO

Este artigo visa compreender como se deu o processo de formação do Instituto Normal Superior como instituição educacional do Amazonas entre os anos de 1890 a 1893, assim como, busca compreender a extinção do Lyceu Provincial do Amazonas, ao apresentar sua função e finalidade para a educação em Manaus no final do século XIX. Verificando a influência por parte da República que começa a se estabelecer como discurso político vigente, onde a educação era vista como o principal vetor dos discursos de progresso por parte dos dirigentes. Para subsidiar os objetivos deste artigo recorreremos aos Relatórios de Presidente de Província, Relatório da Instrução Pública, Mensagens, Decretos, e principalmente os documentos do CEDOC-CADPII (Centro de Documentação do Colégio Amazonense D. Pedro II), pois conseguimos mapear boa parte dos ofícios destinados ao Instituto Normal Superior, para assim poder traçar as principais movimentações internas deste estabelecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Instituto Normal Superior; Ginásio Nacional; República; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This article aims to understand how the formation process of the Instituto Normal Superior took place as an educational institution of the Amazon between the years 1890 to 1893, as well as, it seeks to understand the extinction of the Lyceu Provincial of Amazonas, by presenting its function and purpose for education in Manaus at the end of the 19th century. Verifying the influence of the Republic that began to establish itself as a political discourse in force, where education was understood as the main vector of progress discourses by the leaders. To assist in the objectives of this article, we have used the Reports of the President of the Province, the Report of Public Instruction, Messages, Decrees, and especially the documents of CEDOC-CADPII (Documentation Center of the Amazonian School D. Pedro II), since we were able to map out a good part of the offices destined for the Normal Higher Institute, so as to be able to trace the main internal movements of this establishment.

KEYWORDS: Normal Superior Institute; National Gymnasium; Republic; Educational Politics.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História, Especialista em Historiografia e Ensino de História pela Universidade Federal do Amazonas e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFAM. E-mail: marcia.milton@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A história da instrução pública no Amazonas no século XIX tem sido objeto de várias pesquisas, mas ainda encontramos temáticas e estudos sobre instituições educacionais que surgiram no período monárquico e que fizeram parte do processo de transição política para o republicano que precisam ser analisados. Neste segmento temos o Instituto Normal Superior, que no período monárquico era designado de Liceu Provincial Amazonense e que por diversos motivos, a partir da Proclamação da República, passou a ser chamado de Instituto Normal Superior.

Esta pesquisa tem seus esforços direcionados para a seguinte problematização: como o Instituto Normal Superior se estabeleceu? O que ele representou para a sociedade que estava nascendo com a república? Qual era a sua finalidade dentro da política educacional que estava se estabelecendo? Apesar de esta instituição ter existido oficialmente em um curto período que vai de 1890-1893 foi um momento importante para as grandes mudanças no âmbito das políticas educacionais no Amazonas.

Em boa parte dos documentos levantados os discursos se assemelham quando em repetidas vezes a ideia de progresso a partir da educação seria um dos caminhos a ser seguido, e neste caso o Instituto recém criado fazia parte deste projeto de construção da uma nação, não apenas em âmbito regional mas também se alinhando aos anseios da metrópole em suas ações, como por exemplo, ter como modelo educacional o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, que também em suas medidas, após Instauração da República se tornou Gymnasio Nacional.

Posto as principais problemáticas desta pesquisa temos como objetivo principal o de analisar no contexto histórico como se estabeleceu o Instituto Normal Superior buscando compreender sua função e finalidade para a instrução pública no Amazonas em um recorte temporal que vai de acordo com o período de existência desta instituição (1890-1893).

Os procedimentos para iniciar esta pesquisa foi constituído pela coleta de fontes primárias no CEDOC-CADPII (Centro de Documentação do Colégio Amazonense D. Pedro II), afim de compreender as especificidades deste Instituto. Utilizamos também outros acervos digitais que concentram um vasto acervo de documentações do Brasil, o Center for Research Libraries², onde temos diversos documentos oficiais digitalizados produzidos pelo Poder

² Confira em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>

Executivo do Brasil e pelos governos provinciais. Estes acervos forneceram a esta pesquisa os Documentos Oficiais da Província do Amazonas, em específico os Relatórios dos Presidentes de Província, Mensagens dos Presidentes, Relatório da Instrução Pública e Decretos, estes possibilitaram a compressão dos discursos oficiais quando confrontados com o contexto histórico, além de oficialmente descreverem a finalidade do Instituto Normal Superior.

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NACIONAL E LOCAL NA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE PESQUISA

A História da Educação no Amazonas vem ganhando espaço no campo da pesquisa local pela necessidade de compreender diversos processos educacionais que vão se estabelecendo desde a criação da Província até o período da primeira República e também pensando nas instituições de cunho mais específico como, no caso deste estudo, que detém seus esforços para a compreensão da fundação do Instituto Normal Superior como âmbito educacional, que teve seu período de existência entre os anos de 1890-1893 no início da primeira república.

A necessidade de discutir sobre o Instituto Normal Superior e seu contexto histórico surgiu a partir da percepção da necessidade de aprimorar os estudos sobre a História da Educação no Amazonas, bem como suas instituições educacionais no final do século XIX, pelo fato de que ainda temos um número pouco expressivo de publicações voltadas para este campo de pesquisa.

A história da educação como campo de pesquisa surgiu mais detidamente a partir do “surgimento dos Programas de Pós-Graduação em Educação no país”, a partir de 1965, e se consolidou mais ainda com a “criação do Grupo de Trabalho “História da Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)” (VIDAL, FARIA FILHO. 2003, p. 37), cuja a necessidade de se estudar sobre a história da educação foi estabelecida para verificar os rumos da educação nacional e como ela foi se situando de acordo com as necessidades educacionais do país.

Existe uma crescente necessidade de produzir novas pesquisas sobre este campo e tanto os programas de pós-graduação quanto aos grupos de trabalho foram importantes para dar segmento aos primeiros aportes teóricos sobre as pesquisas no campo da história da educação, e neste contexto temos ainda que ressaltar Dermeval Saviani, como membro do grupo de pesquisa HISTEDBR, designado de (Grupo de Estudos e Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil), criado em 1986, onde articulava vários outros grupos pelo Brasil. E em um dos seus trabalhos sobre a historiografia da educação brasileira *História da História da Educação no Brasil: um*

balanço prévio e necessário' (2008), apontou a amplitude deste campo de pesquisa, que além de abrir novos caminhos para publicações gerais, chamando também atenção para a necessidade da produção de pesquisas mais específicas.

Um outro fator a ser levado em consideração e que é comum entre Vidal e Faria Filho (2003) e Saviani (2008) seria a importância do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), criado em 21 de outubro de 1838, que agregava a tarefa de coletar, arquivar e publicar documentos, sendo responsável por parte da conservação e organização da memória da educação brasileira, e, além disso, temos ainda o acréscimo da disciplina de História da Educação nas Escolas Normais e posteriormente nos programas de pós-graduação que em conjunto agregaram valor as pesquisas voltadas para o campo da história da educação, abrindo diversos leques de pesquisas em educação no Brasil.

A prática de pesquisa para este tipo de estudo visa compreender o funcionamento de uma escola ou instituição escolar assim como suas particularidades. Se pensarmos no momento em que se estabeleceu o Instituto, ou seja, no período de transição política da Monarquia para a República, veremos que “é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola” (JULIA, 2001, p.19).

Levando em consideração as particularidades do estudo sobre o Instituto Normal Superior e seu cotidiano dentro do contexto histórico em que ele está inserido, são os documentos internos encontrados no CEDOC-CADPII e os documentos obtidos nos acervos digitais que poderemos compreender que “é dentro das instituições de ensino que se pode observar o destino das políticas públicas” (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 141), verificando a partir de análises documental os discursos políticos para pensarmos as finalidades das instituições educacionais que neste caso vai se desenhando com amais clareza.

Seu próprio surgimento nos instiga a buscar sua compreensão, pois foi criado a partir da junção de duas Instituições educacionais, como nos lembra Uchôa, dizendo que o “Instituto Normal foi Liceu Provincial e neste mesmo prédio esteve a Escola Normal do Amazonas e que posteriormente se designará Ginásio Amazonense” (1966, p. 199).

No Liceu havia o Ensino Secundário, onde sua proposta educacional estava voltava para cursos preparatórios para ingressar no “Curso Superior do Império” (MOTA, 2012, p. 38), e a outra se trata da Escola Normal “instalada somente em 6 de março de 1882” (MOTA, 2012, p.77), seu objetivo era preparar mestres para o ensino primário, que no caso do Amazonas era recorrente nas falas dos dirigente uma urgência no preparo destes profissionais, as queixas vão do despreparo a falta de habilidades e zelo, aos cargos que eram ocupados interinamente que geravam controvérsias, porém devemos nos atentar para o fato de que a demanda de professores

primários era maior nos números de professores que eram formados na Escola Normal do Amazonas, lembrando que a própria profissão não era tão atrativa neste período.

Em um texto publicado em 2013, por Patrícia Melo Sampaio, *'Diversidade na Escola Pública: um desafio do presente? Reflexões a partir da experiência de Gonçalves Dias na Amazônia oitocentista'*, suas ressalvas são enfáticas a respeito das especificidades locais, as queixas acima citas vem de encontro com as análises feitas pela autora que perpassa desde o Relatório de Gonçalves Dias publicado no ano de 1861, sobre a Instrução na Província do Amazonas, que já relatava a situação da educação na Província de forma reprodutiva se comparado as suas outras experiências neste ramo, as dificuldades se assemelham, aos problemas com mobiliários, materiais didáticos, inspeção da instrução, e as questões referentes aos professores, que com seus salários baixos e pouca valorização os resultados não poderiam ser melhores.

O Instituto Normal Superior neste contexto agregou dois modelos educacionais, o Secundário e a Escola Normal, na qual Mota explica que a Escola Normal “permaneceu atrelada ao Liceu até o ano de 1934, quando foi transferida para o prédio do palacete Garcia” (2008, p. 80), e que a partir do “Ato Adicional de 1834, surgiram as primeiras escolas normais brasileiras: no Rio de Janeiro em 1835, Minas Gerais em 1840, Bahia em 1836, São Paulo em 1846; e Manaus, em 1880 – instalada somente em 6 de março de 1882” (2008, p.70). A partir disso, com a Proclamação da República estes modelos educacionais foram utilizados como propagadores dos discursos republicanos, atrelados a ideia de progresso e sentimento de nação.

A educação neste momento de transição política passou a ser um dos discursos mais proferidos para a nova política que precisava ser implantada como uma alusão do progresso como lembra Gomes:

“[...] o que desejo destacar é que existe uma convergência quanto a urgência da república de produzir um novo discurso político carregado de valores, [...] ou seja, em função desse fundo político-ideológico, [...] a questão da educação cívico-patriótica tem peso e importância nada desprezíveis”. (2009, p. 85)

De fato, temos um discurso que pretende através da educação formar novos cidadãos para o novo regime político, mesmo que os investimentos para educação não fossem tão promissores, como no caso de Manaus, que só a partir de 1890 vive “seu primeiro surto de urbanização, isto graças aos investimentos propiciados pela acumulação de capital, [...] especificadamente a economia do látex” (DIAS, 1999, p. 30).

Como colocar um discurso promissor em uma cidade que começou a ter suas primeiras grandes mudanças estruturais no final do século XIX? Seria o caso de uma emergência de progresso atrelado ao discurso político? O que evidenciamos seria uma Instituição que

representou naquele momento “a mais segura estratégia para se transformarem os comportamentos e valores” (GOMES, 2009, p. 95).

O Instituto Normal Superior do Amazonas no período inicial do estabelecimento da República se caracterizou como sendo uma instituição ímpar para formar uma sociedade promissora, de acordo com a política educacional do tempo. Constituiu-se aos moldes do:

Colégio Pedro II, que foi criado pelo governo imperial em 1837 e que, mesmo após a implantação do regime republicano no Brasil, em 1889, passado um período inicial em que se configurou como Ginásio Nacional (1890-1911), retoma sua denominação original e permanece sendo mantido pelo governo federal. Até meados do século XX, o Colégio exercia o caráter de instituição modelar para todo o ensino secundário brasileiro. (Mendonça, *et all.*, 2013, p. 987).

Além de ter prestígio e ser visto como modelo padrão desse discurso republicano acrescenta-se que:

o Colégio configurou-se, durante esse período, como um padrão apenas *ideal*, mas não *real*, tendo em vista sua coexistência com múltiplas formas de ensino secundário que adentraram a própria República: as aulas públicas avulsas; os liceus estaduais, que buscavam equiparar-se ao Colégio de Pedro II; os colégios particulares seriados; os colégios particulares que ofereciam apenas um conjunto de aulas isoladas nas quais os alunos podiam se matricular separadamente; as aulas de preparatórios anexas às instituições de ensino superior; e os exames parcelados de disciplinas isoladas, que persistiram no interior do próprio Colégio de Pedro II. (Mendonça, *et all.*, 2013, p. 992).

Em Manaus no final do século XIX, temos como instituição que primava em ter como modelo do Ginásio Nacional o Instituto Normal Superior, que através das políticas educacionais, tinha a finalidade de difundir a ideia de progresso através da educação.

Apesar de ter o Ginásio Nacional como modelo, temos que avaliar as circunstâncias de como foi criado o Instituto Normal Superior, as condições que a cidade se encontrava naquele momento, e como a política vai atuar neste sentido, de acordo com a suas prioridades, pois, sabemos que houve uma mudança no discurso político. Temos uma educação para formar novos cidadãos, uma instituição que seguia um padrão nacional, mas que não olhou atentamente para as especificidades locais, os modos de vida local, como nos lembra Sampaio principalmente com relação a diversidade étnica:

Entre os “defeitos” para os quais não conhecia remédio, estava o reconhecimento de que, no Amazonas, era quase impossível superar os obstáculos para a implantação da obrigatoriedade do ensino público. A causa? O modo de vida incerto de suas populações. (2013, p. 7).

Os modos de vida locais eram vistos como “defeitos” por parte de dirigentes e os encarregados por imprimir seus relatórios acerca da Instrução pública, era necessário então atuar nas mudanças culturais e isso se remediaria através da educação, desta forma crescia os números de escolas e a demanda de professores caminharia na contramão, não suprimindo a demanda local.

Sobre a Escola Normal, Kulesza (1998), relata que elas foram se estabelecendo pelas províncias e se alocando nos Liceus. Estes estabelecimentos serviram de base para que fossem sendo instituídas pelos Estados brasileiros as primeiras escolas normais, pois encontravam nestes estabelecimentos um professorado que poderia ser aproveitado para também atuarem como catedráticos, e neste contexto a grande diferença seria a parte pedagógica que a Escola Normal precisava para formar professores. Kulesza, explica que em ‘Santa Catarina o Ateneu foi transformado em Instituto Literário e Normal’ (1998, p. 67) e no Paraná o ‘Liceu foi extinto para dar lugar a Escola Normal’ (1998, p. 67) e ainda afirma que esse tipo de solução “continuará a ser adotada após a Proclamação da República, numa demonstração inequívoca da permanência da velha estrutura social na área educacional” (1998, p. 67). Neste sentido a Educação na República toma rumos e discursos progressistas, era necessário velar os vestígios do velho sistema político, e o local mais apropriado seria o campo educacional, e no Amazonas o Instituto Normal Superior assumiu este papel.

3. INSTITUTO NORMAL SUPERIOR E A CONSTRUÇÃO DO SEU IDEÁRIO POLÍTICO EDUCACIONAL

No CEDOC-CADPII, tivemos o cuidado de centralizar nossos esforços em organizar os documentos referentes ao período de existência do Instituto, respeitando a lógica dos Livros de Ofícios que existem no Centro afim de mapear a documentação que são de natureza diversas, classificadas como: felicitações de posse entre os diretores das repartições e disposição da Polícia para obtenção de ordem no Instituto; Ordens da Diretoria Geral da Instrução Pública, admissão de professores catedráticos; além de ordens dos governadores para medidas internas.

Dos três livros encontrados no centro de Memória, foram feitas as seguintes divisões, Livro 1, Livro 2, e Livro 3. Como forma de organização dos documentos por Livros de Ofícios encontrados no CEDOC-CADPII. No caso específico do Livro 1, as datas ultrapassam o recorte temporal estabelecido por esta pesquisa, entretanto foi disposto na listagem por estar no mesmo Livro de Ofícios, contudo, estes documentos não serão abordados no decorrer do trabalho.

Para compreender a função de como estava a Instrução Pública para o recorte temporal desta pesquisa foi necessário incluir as falas e mensagens dos dirigentes do Estado do Amazonas.

Com estes relatórios podemos traçar o percurso do Instituto e de sua representação para o Estado como local de saber e que fazia referências ao Colégio Dom Pedro II do Rio de Janeiro, no caso do Amazonas, foi o Instituto Normal Superior quem testemunhou importantes mudanças políticas, econômicas e sociais neste início de República.

Desta forma, tivemos o cuidado de retroceder ao discurso ainda em 1889 para depois esmiuçar o período da criação do Instituto, pois podemos fazer um comparativo proposital dos discursos políticos proferidos.

No Relatório de Joaquin de Oliveira Machado³, Presidente da Província do Amazonas, em sessão da Assembleia Legislativa do dia 02 de junho de 1889, disse que foi nomeado por carta imperial, do dia 22 de dezembro de 1888, descrevendo que encontrou uma província “sem lei de orçamento, sem força, sem lei de câmaras, sem dinheiro, e porque não dizer sem crédito” (1889, p. 3). E ainda se questiona como isso poderia acontecer em uma Província que a “natureza prodigalizou todos os dons de uma vitalidade sem rival” (1889, p. 3), tão grande e tão diversa, então como se chegou a esta situação? No ponto de vista do Presidente, acredita-se que por “erros administrativos e intolerância política” e ainda, “favorecimentos de cargos” (1889, p. 3), dentre outras situações em que se encontrava a Província do Amazonas.

O presidente em seu parecer descreve uma política desfavorável quanto ao momento de sua posse, entretanto para um discurso político não poderia ser diferente quando se trata de uma descrição de um Governo que antecede ao seu, onde descreve seu discurso pensando em justificar suas novas condutas e propostas que deveriam entrar em vigor.

Manaus neste período vive sucintas movimentações políticas, econômicas e culturais que se inicia “a partir dos anos 70, do século XIX, e em 1890, ainda conserva muito da antiga cidade” (DIAS, 1999, p. 36) pois, nos finais do século XIX grandes mudanças começam a modificar a paisagem da cidade, que irá testemunhar um grande contraste social.

A partir de 1852 até 1890, Dias explica que haverá um aumento populacional muito significativo que vai de “8.500 habitantes para 50.300”, e este aumento se refere a um “processo migratório” formado por populações de diversos lugares e nacionalidades “ingleses, portugueses, espanhóis, franceses e de vários estados do país” (1999, p. 38) neste sentido, temos uma sociedade em processo transitório de diversas vertentes, sociais e políticas, além de mudanças estruturais.

³ Relatório do Exc. Sr. Dr. Joaquin de Oliveira Machado, presidente da província do Amazonas, instalou a sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial no dia 02 de Junho de 1889, Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, 1889. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/100/>, acesso em: 20/09/2016.

Para destacar suas primeiras acepções sobre a Instrução Pública, neste contexto histórico, em seu parecer, Joaquin de Oliveira Machado destaca que estava no cargo de Diretor Geral, o Dr. Agesilao Pereira da Silva, “Advogado, respeitável por títulos, substituiu o cônego Raymundo Amancio de Miranda” (1889, p. 23), destacando o fato de não acontecerem concursos para ocupar as cadeiras de professores, sendo ocupadas por pessoal “não habilitados, tanto nos interiores quanto na capital, professores sem a menor capacidade profissional em cadeiras criadas de propósito para eles” (1889, p. 24), além de “professores titulados com diploma efetivo eram dispensados caprichosamente sem razão plausível” (1889, p. 24), questões essas que Sampaio (2013) já vinha nos chamando a atenção, pois os mesmos desafios transcendem o Relatório de Gonçalves Dias, permanecendo boa parte das mesmas falas e queixas acerca da Instrução Pública.

Além de professores assumirem duas cadeiras, como no caso de *phylosophia* que era destinada ao Lyceu e a pedagogia destinada à Escola Normal, o Presidente descreve que “conforme o regulamento n. 62 de 9 de julho de 1888 separa o Lyceu da Escola Normal” (1889, p. 25), tornando as instituições com organização dissonante, “é concludente que torna impossível a fusão das duas cadeiras”. O que ele mesmo denuncia, seria o que Uchôa descreve dizendo que era “sem organização, sem centro, nem direção e híbrido” (1966, p.54), uma desorganização estrutural tanto das instituições quanto da própria educação, “parecia um prazer, se não uma preocupação reformar as reformas” (BITTENCOURT, 1981, p. 25) que nem sempre valorizavam as instituições de ensino ou mesmo trariam melhorias para os modelos educacionais que estavam sendo impostos no Amazonas.

Manaus vive neste momento um mister de impasses, que vão da falta de prédios próprios para sediar suas instituições a falta de investimento público nas questões educacionais, em dar condições para um bom funcionamento. Por conta destes impasses, cabe aqui destacar que o próprio Instituto Normal Superior, viveu um hibridismo institucional, pois nasceu a partir da extinção do Lyceu Provincial Amazonense.

Como podemos destacar a partir da descrição do ‘Anuario do Gymnasio Amazonense Pedro II’⁴, onde explica que o Lyceu nasceu a partir do “regulamento n. 18, de 14 de março de 1869” (1936, p. 18), ainda sob a presidência de Wilkens de Mattos e que até o ano de 1869, haviam matriculados “13 alunos”, sendo que apenas “8 foram aprovados” (1936, p. 18). O Lyceu

⁴ Este documento foi produzido com intuito de escrever sobre a trajetória do Ginásio Amazonense até os seus cinquenta anos de existência, descrevendo em detalhes parte de sua história e dos membros que fizeram parte deste âmbito educacional. Anuario do Gymnasio Amazonense “Pedro II”. Commemorativo do Cinquentenario de sua fundação, número 2, 1936, Manaus. Acervo pessoal.

nasce com uma pequena quantidade de alunos, entretanto o número era conveniente e apropriado para o contexto que estava inserido.

Desde então, os Relatórios da Província reclamam a necessidade de professores habilitados e em 1881, o Anuario do Gymnasio descreve a criação da Escola Normal, sendo inaugurada em 6 de Março de 1882, e de acordo com “à Lei Provincial n. 579, pela qual fundem-se em um só os dous estabelecimentos de instrução – Lyceu e Escola Normal” (1936, p. 18), ambas funcionando no prédio do Seminário. A partir de então, temos o ensino secundário e a Escola Normal funcionando em um mesmo ambiente, mas com propósitos diferenciados.

Em um dos documentos encontrados no CEDOC-CADPII (Centro de Documentação do Colégio Amazonense D. Pedro II), consta uma cópia dos procedimentos que deveriam ser adotados para ingressar no Instituto Normal Superior com data de 31 de Janeiro de 1890, descrito pelo então Governador Augusto Ximeno de Villeroy descrevendo os seguintes critérios: “1º Idade mínima de 16 anos para mulheres e 14 para homens; 2º Ser aprovado no exame de habilitação feito perante o Instituto, contendo a leitura, escrita e quatro operações sobre números inteiros; 3º São dispensados do exame os que apresentarem atestado de exames das escolas primarias ou de qualquer outro estabelecimento deste ou de qualquer outro Estado da Confederação Brasileira”.

Se pensarmos acerca destes critérios, temos diversas informações, pois Dias explica que “O recenseamento geral da República, em 1890, deu para o Município 38.720 habitantes, dos quais 30.910 eram analfabetos”, (1999, p. 54) isto implica refletir que uma minoria detinha os conhecimentos necessários para adentrarem no Instituto, que neste sentido se caracteriza como um âmbito educacional bastante seletista, e destinado para uma minoria da sociedade no início do período republicano.

Este período foi marcado por diversas características peculiares voltadas para o Instituto visando torná-lo uma referência educacional para a sociedade. Um exemplo disso foi um ofício do Governador Augusto Ximeno Vilerroy, no dia 6 de Setembro de 1890, onde mandou uma ‘bandeira nacional’ para o Instituto para ser hasteada em frente ao prédio, e cobrava ‘posturas disciplinares dos alunos’, além de enfatizar que o pessoal que compunha o administrativo deveriam atender aos ‘valores morais’ instituindo um conjunto de normas que vão caracterizando a instituição e fazendo jus a política educacional progressista do início da república.

Na Mensagem do Exc. Sr. Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo⁵, lida perante o Congresso Amazonense em 15 de Setembro de 1891, temos o primeiro presidente eleito pelo congresso deste Estado, na qual agradece pela confiança nele depositada em dirigir o destino desta “grande e afortunada terra que pretende igualar os homens” (1891, p. 3), se compromete através de seu patriotismo conseguir promover o bem estar do povo, com a “consciência de um cidadão e o dever de homem público” (1891, p. 4). Em seu Governo tem suas pretensões voltadas a garantia da lei e do melhoramento da instrução, entretanto não descreve mudanças para o Instituto Normal Superior.

Deste modo, resolve através de suas providências reorganizarem a administração pública, para que possam funcionar “harmoniosamente assegurando os interesses do Estado”(1891, p. 4), criando as seguintes repartições: Directoria dos Negocios do Estado, da Justiça e Legislação, e da Instrução Publica e particular, Directoria da Fazenda Publica, Directoria de Obras Publicas, Terras e Estatistica, Directoria da Agricultura, Commercio e Industrias, Artes e manufacturas, Immigração e colonização, Directoria da Policia e Segurança e Assistência Publica.

Cada um desses departamentos tem sua própria regulamentação, sendo aproveitado o pessoal que já existia no governo anterior, mas dispensando os que ele considerava inabilitados. Entre esses departamentos criados na administração de Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, trata-se do departamento de Instrução que para ele significa “o único impulsor do espírito humano sendo o elemento principal de segurança para a sociedade” (1891, p. 5).

Neste momento a educação corresponde a um discurso promissor e seria o principal agente de mudanças para o novo regime de político que se estabelece. Entretanto, não significa na prática que os dois discursos apresentados até aquele episódio, superiores entre si, mas que demonstram objetivos e rumos diferentes, enquanto um se preocupa com as desordens remanescentes de falta de concursos, professores não habilitados, o outro coloca a reorganização dos departamentos como uma solução para alguns problemas causados pelos excessos das administrações anteriores.

A Instrução Pública e o próprio Instituto Normal Superior começam a partir deste episódio a tomar os rumos dos discursos progressistas da República, na qual “a educação como dimensão e instrumento estratégico e decisivo para se alcançar esse fim” (GOMES, 2009, p. 97), o que não remete a melhorias significativas na prática, pois temos as mesmas aflições de antes da Proclamação da República.

⁵ Mensagem do Exc. Sr. Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, Presidente do Estado, lida perante o Congresso Amazonense, na sessão de 15 de Setembro de 1891, Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, 1891. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u113/000002.html>, acesso em: 20/ 09/2016.

De fato, apesar dos discursos serem de propostas políticas educacionais diferenciadas, ambos demonstram problemáticas equivalentes, o que seria mais claro de perceber, são os tipos de discursos e dos rumos que as políticas educacionais que vão se impondo com a República.

Entre os discursos até agora descritos, será na Mensagem de Eduardo Gonçalves Ribeiro⁶, em seu pronunciamento declarado perante o Congresso Amazonense em 1º de Junho de 1892, com mais ênfase como estava estabelecido o Instituto Normal Superior no contexto educacional do Amazonas, bem como sua finalidade:

“Modificai o plano do Instituto Normal Superior, sem alterar sua base, de maneira a torna-lo mais apto ao preparo de professores com a necessária educação científica e litteraria, e com a sufficiente exercitapto nos methodos do ensino moderno, obedecendo ao mesmo tempo ao plano de ensino integral do Gymnasio Nacional consoante a reforma de Benjamin Constant, de modo a ficar gozando o Instituto Normal Superior das vantagens asseguradas pelo Decreto n. 1389 de 21 de Fevereiro de 1891” (1892, p. 14-15)

Em primeiro lugar, seguindo a análise da fala do presidente, é relevante compreender como está disposta a reforma de Benjamin Constant, e então se faz necessário recorrer ao Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil⁷, pelo Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, Ministro de Estado dos Negócios da Instrução Publica, Correio e Telegrapho, em maio de 1891, onde ressalta tanto o Decreto n. 1389 de 21 de fevereiro de 1891, quanto o plano de ensino do Gymnasio Nacional.

Este relatório descreve a importância da criação deste Ministério neste contexto “Si no regimen decahido essa criação era apontada como uma necessidade urgente para levantar o abatimento neste ramo de administração pública, mais palpitante se tornou depois da nova era iniciada no dia 15 de Novembro de 1889” (1891, p. 4). Neste caso a criação deste Ministério veio para moldar as questões educacionais pelo país, seguindo estas propostas de um novo tempo que se estabelece, onde cabem novas políticas educacionais para assegurarem os preceitos políticos.

O general Benjamin Constant, nomeado primeiro Ministro da Instrução Publica, Correios e Telegraphos, em sua fala descreve que “A instrução secundaria continua a ser dada no Gymnasio Nacional (ex-Collegio Pedro II), hoje reformado pelo Decreto n. 981 de Novembro de 1890” (1891, p.11).

⁶ Mensagem do Exc. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, lida perante o Congresso Amazonense em 1º de Junho de 1892. Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, 1889. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1627/000002.html>, acesso em: 20/ 09/2016.

⁷ Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegrafos, Relatório apresentado ao, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, em 1891, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2303/000002.html>, acesso em: 20/ 09/2016

E neste ponto cabe retomar dois aspectos importantes, primeiramente chamar atenção para a mudança no nome do “Collegio Pedro II” do Rio de Janeiro, para “Gymnasio Nacional”, a partir do novo modelo republicano de educação, outro ponto seria que no caso do Amazonas, também temos o Instituto Normal Superior que na fala do então Presidente do Estado Eduardo Ribeiro, em que tomou como base e modelo tanto seu plano de ensino quanto sua mudança de nomenclatura, pois o nome do Colégio Pedro II ainda faziam referência ao Antigo Regime.

A partir da criação do Ministério, e a reforma de Benjamin Constant é que temos uma definição mais específica e explícita do Instituto Normal Superior, pois por decisão de Eduardo Ribeiro esta instituição deveria estar de acordo com o Gymnasio Nacional.

As principais características do Instituto Normal Superior foram se estabelecendo no ano de 1892, mesmo sendo implantado na transição da Monarquia para a República como descreve Mota:

Com a instituição da República, em 1889, ocorreram mudanças significativas que afetaram diretamente o setor educacional de Manaus. O primeiro governador do Estado do Amazonas, Tenente-Coronel Augusto Ximeno de Villeroy, por intermédio do Decreto nº 15, de 17 de janeiro de 1890, extinguiu o Liceu Provincial Amazonense e, do Decreto nº 16 da mesma data, transformou a Escola Normal, que estava anexada ao Liceu, em Instituto Normal Superior, cuja finalidade precípua seria preparar professores para as escolas públicas, de acordo com o Decreto nº 32, de 19 de fevereiro daquele mesmo ano. (2012, p. 65)

Na província do Amazonas, o Liceu foi extinto para a criação do Instituto Normal Superior, para três anos depois ser anexado ao Ginásio Amazonense que também deveria estar de acordo como o Ginásio Nacional, se consolidando ainda mais a partir do Decreto de n. 10, promulgado no dia 19 de Novembro de 1892, que rege o Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado⁸, onde descreve no Capítulo I, Da organização do ensino, “Art. 3º. O ensino normal e secundário será dado no Instituto Normal Superior ou no estabelecimento de ensino que o substituir” (1892, p. 4), sendo assim, independente de nomenclaturas este estabelecimento deveria estar de acordo com o Ginásio Nacional obedecendo seus planos de ensino e regimentos.

No Relatório apresentado a Eduardo Gonçalves Ribeiro, pelo diretor do Instituto Normal Superior, Francisco Antonio Monteiro, no dia 20 de junho de 1894⁹, descreve que a situação desta instituição entre o período de 1º de maio de 1892 a 10 de junho de 1893, relatando as disciplinas que compunham o curso do Instituto, além de horários e dias que eram ministradas.

⁸ O Decreto n. 10 de 19 de Novembro de 1892, Promulga o Regulamento Geral da Instrução Publica do Estado. Typ do Amazonas, 1893. Um exemplar desta lei pode ser encontrado no Museu Amazônico.

⁹ Relatório apresentado ao Exc. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, pelo director do Instituto Normal Superior, Francisco Antonio Monteiro, no dia 20 de junho de 1894, disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1628/000077.html>, acesso em: 20/ 09/2016.

Neste relatório temos os seguintes resultados de forma resumida. Quanto as disciplinas ministradas, tínhamos: Portuguez, Francez, Arithmetica e Algebra, Geometria e Trig., Mathematica Superior, Geographia, Historia Universal e Musica. E para cada disciplina oferecida tinha suas avaliações, descrevendo os seguintes resultados: os números de examinados foram de 86, onde 68 foram aprovados e 18 reprovados. Além destes dados, temos ainda o quantitativo de matriculados em 1893, onde no 1º ano temos 41 alunos, no 2º temos 9, no 3º temos 8 e no 4º temos 2 alunos.

A partir desses dados podemos pensar duas questões mais pontuais: na organização das disciplinas, que de certo modo exigia grandes habilidades dos alunos; outro ponto seria o quantitativo de alunos, que era bem reduzido. Contudo, se pensarmos na quantidade de iletrado de Manaus no tempo em parte justificaria o número pouco expressivo, mesmo que o público alvo fosse selecionado.

Acrescentando por fim desta discussão o parecer de Francisco Antonio Monteiro, diretor do Instituto Normal Superior:

O Instituto Normal Superior, como sabeis, funciona nos compartimentos do lado occidental do edifício do Lyceu; esses compartimentos não são suficientes para a boa regularidade e fiscalização do serviço. Ha falta de salas para a Directoria e Congregação dos Senhores lentes, para espera e estudos dos alunos do sexo masculino; sendo ainda certo que as aulas de Mathematica Superior e Geometria descriptiva funcionam na sala onde esta o gabinete de Physica que alem de pequeno, serve de passagem as alumnas que entram e sahem do edificio. (1894, p. 6)

Se pensarmos nestas declarações temos as seguintes conclusões sobre o Instituto, e de boa parte das discussões que fizemos até então; primeiramente que o Instituto estava dentro do antigo Lyceu em processo de reforma, mas com grandes dificuldades, haviam problemas de espaços, pois neste estabelecimento se encontravam outras repartições. Manaus vivia um período de expansão, os dirigentes estavam preocupados com embelezamento da cidade, mas diversas instituições ainda reclamavam seus próprios prédios.

No caso da educação, apesar de estar nos discursos como a principal estratégia de crescimento e de progresso, o analfabetismo era presente, e o Instituto Normal Superior era bastante meritocrático, sendo destinado para uma minoria, em que seus próprios processos seletivos e formativos eram bastante rigorosos. E não podemos esquecer que tinha como parâmetro o Ginásio Nacional, o mais importante estabelecimento educacional do Brasil daquele período.

Mesmo que os discursos voltados para o progresso caminhassem para outro lado quando olhamos para os resultados do relatório de Francisco Antonio Monteiro, estava estabelecido a

função e a finalidade deste Instituto de acordo a as circunstâncias e demandas de Manaus no final do século XIX.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para estabelecer um consistente diálogo sobre a trajetória do Instituto Normal Superior e compreender a necessidade de produzir esta pesquisa, foi primeiramente analisado o processo histórico de desenvolvimento das pesquisas sobre o campo da História da Educação.

Diversos textos foram discutidos a fim de demonstrar qual seria o papel da educação no início da República, verificando seus discursos e tendo como base o Instituto Normal Superior, que particularmente foi criado no ano de 1890, após a Proclamação da República. Neste contexto, esta instituição assume o papel de protagonista dos discursos referentes ao progresso da civilização através das políticas educacionais que estavam se estabelecendo no país e em Manaus.

O Instituto agregava o ensino secundário e a escola normal como modelo educacional, ambos modelos foram de grande importância para a educação no Amazonas, sendo visto como um estabelecimento educacional padrão de moral e conduta, tanto do pessoal administrativo quanto dos discentes, representando a principal instituição de ensino para estes modelos educacionais.

Como vimos nos discursos dos representantes do Estado, a base instrumental do Instituto foi correlacionada ao modelo do Ginásio Nacional, tido como padrão a ser seguido pelas demais instituições de ensino deste mesmo segmento pelo Brasil, mas esta característica só se evidenciou no ano de 1892, no Governo de Eduardo Ribeiro.

Sendo assim, o Instituto que nasce a partir da extinção do Lyceu foi propositalmente criado com o intuito de ser parte integrante das mudanças e propostas que a república propunha, sendo considerado um instrumento a serviço dos interesses do Estado-Nação e das políticas educacionais da classe dirigente, responsável em inserir o Brasil no eixo do progresso, mesmo que fossem excluídos das políticas educacionais os povos indígenas, as populações negras e todos que, naquele período eram os considerados “filhos da nação”, mas deserdados das políticas públicas da recém instituída República.

Até sua extinção, a partir do Decreto n. 34, de 13 de outubro de 1893, ainda no Governo de Eduardo Ribeiro, que passou a ser designado como Gymnasio Amazonense. Deste modo, o

Instituto havia se estabelecido como uma instituição singular para os preceitos políticos do seu tempo.

FONTES

DOCUMENTOS DO CENTRO DE MEMÓRIA DO COLÉGIO AMAZONENSE DOM PEDRO II

Listagem do quantitativo de Ofícios do Livro nº 1 (1890-1897); total de 131

Listagem do quantitativo de Ofícios do Livro nº 2 (1890-1891); total de 150

Listagem do quantitativo de Ofícios do Livro nº 3 (1892-1893); total de 117

RELATÓRIOS, MENSAGENS, DECRETOS E PERIÓDICOS

Relatório com que o Exc. Sr. Dr. Joaquim de Oliveira Machado, Presidente da Província do Amazonas, instalou a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial no dia 02 de Junho de 1889

Mensagem do Exc. Sr. Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, lida perante o Congresso Amazonense em 15 de Setembro de 1891

Ministerio da Instrução Publica, Correios e Telegrafos, Relatório apresentado ao, Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, em 1891, Rio de Janeiro

Mensagem do Exc. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, lida perante o Congresso Amazonense em 1º de Junho de 1892

Decreto Nº 10 de 19 Novembro de 1892. Promulga o Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado

Mensagem do Exc. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, lida perante o Congresso dos Representantes em 10 de Julho de 1893

Relatório apresentado ao Exc. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, pelo Diretor do Instituto normal Superior, Francisco Antonio Monteiro, em 20 de Junho de 1894.

Anuario do Gymnasio Amazonense “Pedro II”. Commemorativo do Cinquentenario de sua fundação, numero 2, 1936, Manáos.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Agnello. **Pródromos Educacionais do Amazonas**. Manaus: INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS, 1981.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan. / abr. 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A República, a história e o IHGB. *In:* _____ **República, educação e história da pátria no Brasil e em Portugal**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009. Cap. 3, p. 85-110.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de história da Educação**, n°1 jan./jun. 2001.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **R. bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 79, n. 193, p. 63-71, set. /dez. 1998.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. *et all.* A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, out./dez. 2013.

MOTA, Assislene Barros da. **Escola Normal da Província do Amazonas (1880-1890)**. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2012. 136 p.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Diversidade na Escola Pública: um desafio do presente? Reflexões a partir da experiência de Gonçalves Dias na Amazônia oitocentista. *In:* _____ MÜLLER, Tânia Mara Pedroso e COELHO, Wilma de Nazaré Baía (Orgs.). **Relações étnico-raciais e diversidade**. 1ed. Niterói: EDUFF; Alternativa, 2013, v. 1, p. 157-214.

SAVIANI, Dermeval. História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, vol. 10, n. ESPECIAL, p. 147-167, 2008.

UCHÔA, Júlio Benevides. **Flagrantes Educacionais do Amazonas de Ontem**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

VIDAL, Diana Gonçalves. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

Data de submissão: 13/04/2020

Data de aprovação: 11/05/2020